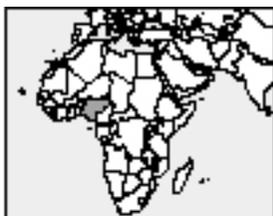


Violações generalizadas



A sucessão de governos autoritários e corruptos é uma ameaça permanente ao povo nigeriano. Há inúmeros relatos de casos de discriminação sexual, étnica, racial, religiosa ou política. Massacres e despejos forçados, além de estupros de mulheres e meninas, têm sido práticas comuns no país, e a luta para controlar ou administrar os recursos derivados do petróleo e outros minerais resultou em outras centenas de mortes. As condições para a paz e o desenvolvimento são o respeito aos direitos humanos, o Estado de direito e a possibilidade de mudar o governo por meios democráticos e pacíficos.

Iniciativa pelos Direitos Socioeconômicos
Profissionais Conscientes da Nigéria
Rede de Empoderamento das Mulheres Rurais
Projeto de Defesa e Assistência Jurídica
Gênero e Direitos Humanos/*Social Watch* – Nigéria
Rede Orçamentária do Sudeste
Ray Onyegu, John Onyeukwu, Mma Odi,
Itolo Eze-Anaba, Gina Iberi e Cletus Onyegu

Os obstáculos à segurança humana na Nigéria são generalizados. Os governos têm sido arrogantes, fechados, corruptos e não têm prestado contas ao eleitorado. Há conflitos étnicos e religiosos e despejos forçados são comuns, enquanto a luta para controlar ou administrar os recursos derivados do petróleo e outros minerais resultou na perda de centenas de vidas. Os exemplos a seguir são reveladores.

Os despejos forçados dos cidadãos e cidadãs da Nigéria têm sido comuns em diversas regiões do país. Este relatório não pode citar um único caso no qual o governo tenha tomado medidas para respeitar, proteger, cumprir ou assegurar o direito à habitação.

Em dezembro de 2001, o governo do estado de Lagos decidiu demolir a amplada área favelada de Ajegunle, onde vivem mais de 2 milhões de pessoas – na maioria mulheres e crianças. Não houve consulta à população local e não havia planos para reassentamento. Para evitar a demolição planejada, a antiga Iniciativa pelos Direitos de Habitação, atualmente conhecida como Iniciativa pelos Direitos Socioeconômicos, mobilizou a comunidade e entrou com uma ação legal contra o despejo no Tribunal

Superior Federal. Conseguiu-se uma liminar para deter a ação do governo. Houve protestos e manifestações, e o governo foi forçado a abandonar o projeto. O Banco Mundial garantiu às comunidades que nenhum novo recurso para o estado de Lagos seria liberado até que as questões em disputa fossem resolvidas.

Em fins de dezembro de 2001, por causa de negligência das autoridades militares, explodiram bombas armazenadas no Quartelamento Militar de Ikeja (Lagos), destruindo casas no quartel e na vizinhança e matando mais de mil pessoas, na maioria crianças e mulheres. Muitas das pessoas desabrigadas e sem alternativas habitacionais foram acomodadas temporariamente numa escola de polícia. Um ano depois, como um amargo presente de aniversário, essas pessoas foram despejadas sem indenizações.

Até 1º de julho de 2000, 1 milhão de pessoas viviam em Rainbow Town, em Port Harcourt, a maioria de baixa renda. Apoiado por cerca de mil policiais armados, o governo do estado de Rivers demoliu com tratores de terraplenagem a comunidade, deixando nas ruas crianças e mulheres, cujos pais e maridos tinham saído para trabalhar. Ações legais contra essa decisão ainda estavam pendentes nos tribunais, porém o governo alegou que havia agido com a finalidade de fazer renovação urbana, pois a favela, ambientalmente degradada, tinha se tornado um refúgio de criminosos comuns. No entanto, as autoridades não tinham nenhum plano para reassentar moradores e moradoras. Mais tarde, a terra foi dividida entre membros abastados da comunidade.

Um ano antes, o exército havia matado 2.483 residentes da vila de Odi, no estado de Bayelsa, onde vivem 50 mil pessoas. Todas as casas da vila foram arrasadas e incendiadas. Quem sobreviveu fugiu para o mato e se refugiou em vilas vizinhas. Os soldados invasores estupraram muitas mulheres e meninas. Até o momento, nenhuma indenização foi paga às vítimas, e as casas destruídas não foram reconstruídas. O governo não apresentou desculpas nem deu qualquer garantia de que isso não se repetiria.

Um destino similar atingiu algumas vilas e aldeias no estado de Benue em outubro de 2001. Outra vez, os soldados destruíram todas as construções nas localidades de Pera, Kyado, Gbeji, Chome, Ifer, Joolashitile, Torja, Vaase, Zaki-Ibiam, Ise Adoor, Sunkera e Tor Donga. Eles usaram artilharia pesada, juntamente com granadas disparadas por foguetes. Quando a munição se esgotou, jogaram gasolina e metano para incendiar as habitações. Zaki-Ibiam, por exemplo, era uma vila de 20 mil habitantes com o maior mercado de inhame do país.¹

Governo não garante direitos

É um hábito rotineiro dos governos da Nigéria demolir mercados e lojas. Em virtude da escassez de residências e do alto custo do aluguel residencial nas cidades grandes, esses locais servem tanto para comércio como para residência. O Mercado Boundary, em Lagos,

¹ O inhame é um alimento básico de consumo habitual na Nigéria.

e vários mercados de Abuja, território da capital federal, foram arrasados. Os postos de venda e as barracas de Lagos tinham sido construídos e alugados às vítimas pelo governo local de Ajeromi-Ifelodun. Posteriormente, o governo estadual declarou essas construções ilegais, privando muitas famílias de seu meio de subsistência.

Em Satellite Town, um subúrbio de Lagos, 15 grandes empresas, incluindo o Banco Central da Nigéria, estão empenhadas em despejar mais de 2.500 famílias, que adquiriram suas propriedades pela política de habitação do governo federal de 1997. Por esse plano, o governo forneceu terras a empresas que tinham mais de 500 pessoas empregadas, sob a condição de que construíssem casas e as cedessem a seus funcionários e funcionárias, permitindo-lhes não só a ocupação, mas também dando-lhes a propriedade. As terras eram pantanosas e todos os custos de aquisição, aterro, construção de estradas, esgotos e instalações elétricas foram arcados pelo governo. Os custos restantes seriam cobertos pelos aluguéis pagos durante um período, até a amortização completa. Hoje, embora moradores e moradoras tenham pago o equivalente a mais de 2.000% do custo das habitações, algumas empresas fazem ameaças de despejo.

Nos últimos quatro anos, tem havido surtos de violência comunitária, étnica, religiosa e política em diferentes áreas do país; como consequência, ocorrem mortes, destruição de casas e deslocamento de pessoas. Essas crises, que ocorreram em Jos, Kaduna, Modakeke e Idi-Araba, tiveram um grande impacto na população. A violência ainda é intensa em Warri. Em todos os casos, o governo e agentes de segurança governamental se mostraram grosseiramente incapazes de desempenhar suas funções legais de proteger vidas e propriedades, especialmente porque a origem da maioria desses choques pode ser encontrada nos próprios atos e omissões do governo. O pagamento de indenizações às vítimas foi completamente abandonado.

Diariamente, desmoronam edificações em várias zonas da Nigéria, e muitas pessoas morrem presas nos escombros. A falta

de água potável, energia para cozinhar, aquecimento e iluminação, saneamento, instalações para banho e depósitos de lixo é ainda um grave problema, sobre o qual o governo não tem feito nenhum esforço para resolver.

Mulheres sem acesso à propriedade

Em consequência do trabalho de ONGs e outros grupos defensores dos direitos das mulheres, um número maior de mulheres recebe educação e existe uma consciência maior sobre seus direitos. Esses fatos resultaram em um acesso maior das mulheres a cargos públicos e a oportunidades de emprego. As mulheres têm mais capacidade de adquirir propriedade e assegurar uma situação econômica mais alta, embora o percentual de mulheres nessa situação seja ínfimo.

No entanto, a maioria das mulheres da Nigéria ainda é vítima de discriminação em relação à herança de propriedade. Embora haja uma decisão da Corte de Apelações contrária às leis de herança discriminatórias, essa decisão é em grande parte ignorada na prática. Em algumas partes da Nigéria, a herança de propriedade da terra por testamentos escritos continua sendo a principal via de acesso à propriedade para as mulheres. Entretanto, como não é comum que as pessoas façam testamentos escritos, somente um pequeno percentual consegue a propriedade da terra por meio de herança. Muitas mulheres que teriam herdado propriedade e que poderiam tê-la vendido para abrir pequenos negócios não possuem nada para vender.

No setor dos aluguéis, a prática de discriminação contra as mulheres ainda prevalece. Os donos de imóveis pressupõem que moças ou mulheres solteiras são prostitutas ou, no mínimo, sexualmente disponíveis.

No norte, onde se pratica o *purdah* – uma tradição religiosa islâmica que obriga as mulheres a ficarem em casa durante o dia, saindo somente no início da noite com a cabeça coberta –, a situação de pobreza consolidada é a mesma. As consequências são desnutrição, deterioração da saúde e outras enfermidades.

O percentual da população nigeriana que têm acesso à educação básica é mínimo.² As áreas rurais são as que apresentam a pior situação. O problema da educação não pode ser separado do declínio econômico da Nigéria em consequência da corrupção e da queda das receitas do petróleo cru – o pilar da economia. A falta de instrução impede que as pessoas jovens tenham capacidade de atuar como agentes das mudanças. As escolas nas áreas rurais, quando existem, têm deficiência de equipamentos e a falta de professores e professoras, que, na maioria, preferem trabalhar nas zonas urbanas. Quando destinados às áreas rurais, preferem renunciar a assumir seus postos. Como se isso não bastasse, nas zonas rurais, pais e mães ainda priorizam a educação dos filhos homens, por acreditarem que as mulheres só têm utilidade na cozinha.

As finanças públicas ainda são operadas de forma clandestina, e as informações sobre os orçamentos são tratadas como segredo absoluto. A única maneira de garantir a transparência, a prestação de contas por parte do governo e a participação popular no processo orçamentário é tornar disponível ao público em geral as informações sobre os orçamentos em todos os níveis de governo.

Ações e recomendações da sociedade civil

As condições básicas para a paz e o verdadeiro desenvolvimento são o respeito aos direitos humanos, o Estado de direito e a possibilidade de mudar o governo pelos meios democráticos e pacíficos. Injustiças flagrantes e insegurança pessoal são a antítese da vida, da paz e da liberdade. A discriminação em função de sexo, etnicidade, tribo, cor, raça, religião ou credo político é incompatível com a segurança humana. O predomínio da

² O total é de 40%, de acordo com o "Study on the right to education in Nigeria" (p. 7), realizado em 1998 pelo professor Osita Eze, do Instituto Nigeriano pela Paz e Resolução de Conflitos, para a Shelter Rights Initiative (Iniciativa pelo Direito à Habitação).

injustiça faz com que várias ONGs procurem atuar como agentes de mudanças, defendendo as seguintes medidas:

- a Constituição de 1999 prevê a incorporação de tratados internacionais: após a ratificação do tratado, a Assembléia Nacional deve aprovar leis para sua implementação. Este relatório recomenda uma emenda constitucional para que os tratados ratificados pela Nigéria sejam incorporados automaticamente ao sistema jurídico do país;
- é urgente que a Assembléia Nacional aprove a Lei de Acesso à Informação, de modo a que o público possa acompanhar as atividades das autoridades públicas;
- as autoridades governamentais precisam ser mais tolerantes e devem parar de perseguir as pessoas que discordam das posições oficiais;
- devem ser envidados esforços conscientes para reduzir as irregularidades eleitorais;
- o governo deve incrementar o desenvolvimento nas zonas rurais, para reduzir a migração do campo para os centros urbanos. As escolas rurais devem ser tão equipadas quanto as demais, estimulando professores e professoras a aceitarem posições em zonas rurais;
- a educação das mulheres é uma ferramenta eficaz para enfrentar as práticas culturais que as discriminam;
- devem ser construídos mais centros para educação profissionalizante e serviços para indivíduos adultos, especialmente nas áreas rurais;
- a educação das massas deve ser implementada pela mídia, por oficinas e outros meios;
- as mulheres que vivem em favelas e em zonas rurais devem receber estímulo para formarem cooperativas, por meio das quais possam ter acesso a financiamentos de instituições públicas e levantar recursos para projetos comunitários de auto-ajuda;
- o governo deve fazer um esforço consciente para assegurar que os recursos dos programas de redução da pobreza sejam desembolsados como créditos facilitados para mulheres de baixa renda, estimulando seu empoderamento econômico e as libertando da pobreza. Os recursos públicos para pessoas pobres devem alcançar os grupos aos quais estão dirigidos;
- deve haver mais transparência no governo da Nigéria. ■